

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

BIBLIOGRAFIA. DONALD A. WHITE - LITUS SAXONICUM. THE BRITISH SAXON SHORE IN THE SCHOLARSHIP AND HISTORY.

ALARCÃO, Jorge de

Ano: 1962 | Número: 72

Como citar este documento:

ALARCÃO, Jorge de, Bibliografia. Donald A. White - Litus Saxonicum. The British Saxon Shore in the scholarship and history. *Revista de Guimarães*, 72 (1-2) Jan.-Jun. 1962, p. 260-269.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O volume compreende ainda uma classificação tipológica dos castros do Sudeste, da autoria de Mrs. Aylwyn Cotton; tipologias como esta e como a de Lady Fox são indispensáveis, pois contribuem para a definição das províncias culturais, até agora baseada principalmente, se é que não exclusivamente, na análise da cerâmica.

Donald A. WHITE: *Litus Saxonicum. The British Saxon Shore in the Scholarship and History.* Madison, Department of History, University of Wisconsin, 1961. Pp. 122; 2 figuras.

Os Romanos ergueram, nas costas de Inglaterra, uma linha de fortes conhecidos pela designação colectiva de *Litus Saxonicum* ou *Saxon Shore*. A doutrina corrente desde os tempos de Collingwood é a de que os fortes foram construídos para defender a ilha de raids de piratas saxónicos e datam da época de Carausius (um usurpador que governou a Inglaterra no reinado de Diocleciano) e de Constâncio Cloro.

O estudo de White sobre o *Litus Saxonicum* vem contra esta doutrina. O autor conhece as fontes clássicas e a literatura sobre o assunto e extensamente recorre a elas; as suas razões não são mal fundadas, mas, embora se refira aos relatórios das escavações que se têm feito em alguns dos fortes, não domina perfeitamente a arqueologia do *Litus Saxonicum*. Nos fortes da *Saxon Shore* há ainda lugar para muitas escavações e os resultados das escavações já feitas podem considerar-se magros; ainda assim há certos resultados positivos que o autor ignora ou minimiza.

A obra subintitula-se: *The British Saxon Shore in the Scholarship and History*, isto é, o *Litus Saxonicum* da Inglaterra na historiografia e na história. Com efeito, no capítulo I (e também no capítulo VI) o autor faz uma história do muito que se escreveu, desde Camden e Panciroli (século xvi) até meados do século xix, sobre o tema do *Litus Saxonicum*. O capítulo é uma achega valiosa para a história da arqueologia: com efeito, White cita certos autores e obras que não têm merecido grande atenção e, inclusivamente, refere-se e resume um interessante manuscrito inédito da biblioteca da catedral de Canterbury. O capítulo, porém, não é apenas um contri-

buto para a história da arqueologia; é uma útil e apropriada introdução à *história* do *Litus Saxonicum*: referir o que muitos antiquários escreveram sobre o assunto e resumir as desencontradas opiniões que defenderam é, ao mesmo tempo, ir fazendo nascer os problemas; ao concluir-se a leitura do capítulo, os problemas fundamentais encontram-se claramente formulados: quem foi o autor do plano da *Saxon Shore*, para quem ou contra quem se construíram os fortes, em que data, etc.

White atribui a Carausius a construção dos fortes. Após uma breve biografia (o que se conhece sobre este usurpador é bem pouco), discute circunstanciadamente a data da nomeação de Carausius como comandante da frota romana nas águas da Mancha e Mar do Norte. A fonte, aqui, é Aurelius Victor, que ordena desta forma os acontecimentos: revolta de Carinus, revolta dos Bagaudae, campanha de Maximiano contra os Bagaudae, nomeação de Carausius. Assim, o essencial é determinar a data da campanha de Maximiano. Ora o panegirista de 289 diz que Maximiano tinha já sido feito Augusto quando comandou a campanha contra os Bagaudae; Maximiano foi feito Augusto no outono de 286, e portanto a nomeação de Carausius parece posterior a essa data.

White, porém, admite a possibilidade de duas campanhas contra os Bagaudae: uma em 285, outra em 286. A campanha referida por Aurelius Victor seria a de 285, não a de 286, e a nomeação de Carausius dataria de 285. Teríamos assim esta sequência: primeira campanha de Maximiano (como César), nomeação de Carausius, segunda campanha de Maximiano (como Augusto). Ao apresentar, porém, os argumentos a favor dessa primeira campanha contra os Bagaudae, White conclui que foi Carausius e não Maximiano quem a dirigiu.

O autor deduz a existência de uma campanha em 285 do título de *Britannicus Maximus* assumido por Diocleciano nesse mesmo ano de 285. Se Diocleciano assumiu o título de *Britannicus*, é porque as tropas romanas venceram na Bretanha; mas contra quem? e comandadas por quem? (Diocleciano não se encontrava na Bretanha) e terá sido a vitória realmente na Bretanha?

White entende que a vitória foi realmente em terras da Bretanha; mas também podíamos admitir uma vitória

da *Classis Britannica*. Contra esta sugestão argumentar-se-á que os barcos da *Classis Britannica* não eram de guerra, mas simplesmente de transporte — o que, porém, não está provado.

O autor observa como Diocleciano tomou o título de *Britannicus Maximus* em 285, o abandonou em 286, data da revolta de *Carausius* (mas foi esta a data da revolta, realmente?) e o retomou em 296, quando *Constâncio Cloro* reconquistou a Bretanha; e conclui que, se Diocleciano deixou de usar o título de *Britannicus Maximus* durante o tempo em que *Carausius* (e depois *Alectus*) governaram a Bretanha, a vitória que justificou, em 285, o título de *Britannicus*, deve ter sido de *Carausius*. A conclusão, porém, não nos parece evidente; se, em lugar de *Carausius*, pusermos *Maximiano*, a sequência dos acontecimentos não sofre; quer dizer: podia *Maximiano* ter vencido em 285; Diocleciano tomaria o título de *Britannicus* nesse ano; abandoná-lo-ia em 286 (quando *Carausius* se revoltou); retomá-lo-ia em 296.

Temos, assim, duas campanhas: uma em 285 (que pode ter sido dirigida por *Maximiano*), outra em 286, seguramente dirigida por aquele, já feito *Augusto*. *Aurelius Victor* refere que *Carausius* recebeu o comando da frota romana na Mancha e Mar do Norte depois da campanha de *Maximiano*; a que campanha se refere? Ainda que *Maximiano* tenha dirigido a campanha de 285, esta foi na Bretanha ou foi uma vitória da *Classis Britannica*, ao passo que *Aurelius Victor* é claro: *Carausius* foi nomeado após uma campanha na Gália, contra os *Bagaudae*; esta campanha não pode ser senão a de 286, e a nomeação de *Carausius* é portanto posterior ao outono deste ano.

Outro problema que *White* discute é o das atribuições conferidas a *Carausius*. A doutrina corrente é que *Carausius* recebeu o comando da *Classis Britannica* e, conseqüentemente, tomou o encargo de defender as costas da Bretanha contra ataques de piratas saxónicos.

Segundo o autor, as costas da Inglaterra, nos fins do século III, ainda não sofriam ataques de piratas; contra isto, porém, pode argumentar-se que os vestígios de destruição em *Park Brow* e *Preston* datam de c. 270, e que os fortes de *Reculver* e *Brancaster* (como se verá

mais abaixo) são dos inícios do século III; e uma busca sistemática descobriria, certamente, outros sinais de ataques nos fins do século III ou nos inícios do século IV; é certo que aquela destruição tanto pode ter resultado de ataques de piratas como de assaltos de Bagaudae; de qualquer forma, não pode afirmar-se, tão solidamente como faz White, que os raids saxónicos, nos fins do século III, não chegavam ainda à Inglaterra; se atacavam a França (como é ponto assente), bem podiam os Saxões atacar também a Inglaterra.

Quanto ao problema da *Classis Britannica*, White duvida de que, nos fins do século III, tal frota ainda existisse: de qualquer forma, a base da frota era Bolonha (no Continente); e ainda que a frota existisse e Carausius fosse seu comandante, isso não lhe conferiria qualquer autoridade sobre o litoral da Inglaterra.

White, porém, ignora que, em Bardown, perto de Ticehurst (Weald), e em Little Farmingham Farm, Cranbrook, junto de minas de ferro, apareceram telhas marcadas com CL.BR.; ignora também o mosaico publicado por Wheeler no relatório das escavações de Lydney, e que atesta a existência, algures na Bretanha, de estaleiros de construção naval; minimiza ainda a existência de telhas com a mesma marca CL.BR. na vila de Folkestone, sugerindo aí a residência do comandante da *Classis Britannica* (se bem que esta hipótese, sugerida por Winbolt, seja mais tentadora que sólida); é certo que nenhum destes testemunhos é do século III; é certo que Aurelius Victor diz que Carausius foi encarregado de preparar uma frota; mas não pode dizer-se que, mesmo admitindo a existência da *Classis Britannica* naquela data, o comandante não tinha poderes sobre o litoral da Inglaterra; e a referência de Aurelius Victor tem de interpretar-se com prudência, pois a *Classis Britannica* podia existir mas ser principalmente uma frota para transportes, como de facto o foi nos séculos I e II; e assim, seria necessário construir-se outra frota, agora de combate.

White conclui que Carausius defendia o litoral da Bélgica e da Armórica (e esta conclusão é perfeitamente fundamentada, quer nas referências literárias de Eutrópio, quer na existência, atestada pela arqueologia, de defesas no litoral da Gália, atribuíveis a este período) e conclui

ainda que «não era da responsabilidade de Carausius defender as costas da Inglaterra» (o que nos parece uma conclusão aventureira).

Outro ponto em que o autor se afasta da doutrina corrente é o das razões da usurpação de Carausius. Segundo as fontes literárias, geralmente aceites, Carausius deixaria que os bárbaros pilhassem as costas (da Gália ou da Bretanha) e só os atacava no regresso; apanhava-os assim carregados com o produto do saque e guardava para si estas riquezas. Maximiano, sabendo do facto, teria ordenado a morte de Carausius; e este, para não ser morto, revoltou-se, proclamando-se imperador.

Segundo White, Carausius encontrou muito apoio no norte da Gália; este apoio, de resto, era perfeitamente natural, pois os motivos de descontentamento, no Norte da Gália, contra o governo central (motivos que o autor sumaria), eram sérios; mas, se realmente Carausius procedia como as fontes literárias querem fazer crer, seria natural que encontrasse apoio na Gália?

A observação de White é justa; mas a verdade é que não são muitas as provas do apoio que Carausius encontrou na Gália: apenas uma legião (possivelmente a XXX Ulpia Victrix) e algumas vexillationes o aclamaram; o território que Carausius possuiu na Gália nunca foi muito extenso (o autor discute a extensão deste território e as suas conclusões são perfeitamente aceitáveis); por outro lado, a presença de mercadores gauleses no exército de Carausius é realmente um argumento forte a favor do extenso apoio prestado pelos gauleses a Carausius.

A razão que White apresenta para explicar a revolta de Carausius é que não nos parece muito sólida: aquele usurpador teria ficado despeitado com a nomeação de Maximiano como Augusto em 286 e ter-se-ia revoltado por entender que não tinha menos jus àquele título que Maximiano.

White resume os poucos factos apurados entre 286 (nomeação de Maximiano) e 296 (reconquista da Bretanha por Constâncio Cloro): em 286 ou 87 (possivelmente neste último ano), Carausius revoltou-se; em 288, Maximiano derrotou os francos, aliados de Carausius; em 289,

porém, Maximiano foi derrotado por Carausius; em 293, Constâncio Cloro recuperou Bolonha e o Norte da Gália; nesse mesmo ano, Carausius foi morto por Allectus, seu tesoureiro, que se proclamou Augusto; em 296, Constâncio Cloro invadiu a Inglaterra e derrotou Allectus, Aqui e ali, o autor resolve assuntos até agora duvidosos: que legiões ou destacamentos apoiaram o usurpador; se Carausius fez algum tratado com os francos; qual o resultado da expedição de Maximiano em 289; qual o estatuto político que, em 289, Diocleciano e Maximiano concederam a Carausius. Estes problemas são tratados tão bem quanto o consentem as fontes literárias e numismáticas.

O capítulo III desenvolve um perfeito silogismo: Carausius construiu os fortes da Saxon Shore; naquele tempo, porém, ainda não havia qualquer ameaça de raids saxónicos; ergo, os fortes não foram construídos contra os Saxões. O autor reforça esta conclusão ainda com outros argumentos que mais abaixo examinaremos.

Os fortes da Saxon Shore, porém, não são todos obra de Carausius. A linha é constituída por dez fortes; destes, só um é, comprovadamente, de Carausius; dois outros, comprovadamente, são muito anteriores; os restantes não podem datar-se com exactidão.

Richborough, extensivamente escavado por Bushe-Fox, foi construído por Carausius; na segunda metade do século III existia ali uma fortificação com muralhas de terra; esta foi arrasada c. 273 ou poucos anos depois, e os fossos que a protegiam foram entulhados; logo a seguir construiu-se uma excelente fortificação com grossas muralhas de pedra — a qual, hoje, é uma das principais ruínas da Inglaterra. Carausius construiu este forte; isto, diz White, «is proven by the association of Carausian coins and only Carausian coins whith the ditch filling». O autor, evidentemente, refere-se aos fossos daquela fortificação (de terra) destruída em, ou pouco depois de 273; mas o certo é que, nesses fossos, não se encontraram moedas de Carausius; encontraram-se muitas moedas de vários dinastas, mas nenhuma posterior a Tetricus. White leu apressadamente o relatório de Bushe-Fox, ou escreveu distraído estas linhas; mas, seja como for, a conclusão de Bushe-Fox (foi Carau-

sus o construtor do forte) é bem fundamentada e o autor tem toda a razão em segui-la.

As escavações de Reculver, diz o autor, descobriram algumas moedas de Carausius, que não desmentem a hipótese de o forte ser contemporâneo de Richborough; mas White ignora as escavações ali realizadas por Philch e publicadas no volume 73 de «*Archaeologia Cantiana*» (correspondente ao ano de 1959, mas só publicado em 1960; de qualquer forma, o volume é anterior à publicação da obra de White).

O forte de Reculver, tal como o de Brancaster, tem um «*rampart*» de terra encostada à muralha, do lado de dentro; a cerâmica e moedas encontradas neste «*rampart*» (cuja estratigrafia é clara) não são posteriores a 175; esta data é portanto um termo post-quem; mas Philch sugere que o «*rampart*» não foi construído senão entre 200 e 225 (baseando-se em que cerâmica do mesmo tipo se encontrou recentemente em Canterbury em contexto deste período). Assim, Reculver pertence à série de fortificações iniciadas por Albinus (193-196) e continuadas por Septímio Severo (191-211).

Brancaster assemelha-se a Reculver, como já há muitos anos Haverfield observou: o mesmo «*rampart*» de terra por detrás das muralhas, a mesma ausência de bastiões, a mesma ausência de telhas no aparelho dos muros, a mesma planta geral; e assim, Brancaster datar-se-á também dos fins do século II ou primeiro quartel do século III.

Os achados feitos nos outros fortes, com excepção de Pevensey, que parece bastante posterior, não vão contra a hipótese de White, mas também a não confirmam; é pena que o autor não tenha reexaminado esses materiais. A propósito de Walton Castle, White diz que se encontraram ali «*algumas*» moedas; na realidade, um manuscrito do museu de Suffolk contém uma lista de 420 moedas encontradas em Walton Castle, e já outras se encontraram depois da redacção daquele manuscrito; ao mesmo tempo, a cerâmica descoberta no local merecia talvez um exame.

As premissas de White, portanto, não são bem fundadas; mas não deixa de ser perfeitamente admissível que Carausius tenha aproveitado alguns fortes antigos, construído outros, e organizado assim uma linha de defesa

contra Maximiano e Constâncio Cloro. Realmente, a hipótese de os fortes representarem uma defesa contra os romanos e não contra os saxões é uma das teses fundamentais do livro. Os fortes, segundo o autor, não têm uma vista larga sobre o mar — e isto devia ser um dos requisitos fundamentais de fortes construídas contra os Saxões. Além disso são desnecessariamente poderosos: contra os piratas, que venciam mais pela rapidez e surpresa do que pela força, não eram necessários fortes tão bem defendidos (e, de facto, os fortes da Gália construídos contra os Saxões são muito mais modestos). Os fortes de Saxon Shore, segundo White, foram planeados e construídos como defesas capazes de evitar um desembarque de tropas numerosas e aguentar um cerco posto por forças regulares.

Outra tese admissível, mas não provável, é a que o autor expõe no capítulo IV: que foi o conde Teodósio quem, em 369, reorganizou o *Litus Saxonicum* e o adaptou de forma a constituir uma efectiva defesa contra os Saxões (embora, entre 350 e 367 deva ter havido outra reorganização mas muito mais limitada); Teodósio seria o autor das torres que agora aparecem entre os fortes, sobranceiras ao mar e com rasgada vista sobre ele; destas torres, os navios de Saxões podiam descobrir-se ainda muito ao longe, e, por meio de fogueiras, a notícia seria comunicada aos fortes vizinhos.

Que sucedeu, porém, à *Classis Britannica* (ou aos navios de *Carausius* e *Allectus*) e aos fortes da Saxon Shore entre 296 e a reorganização do conde Teodósio? White sugere que a frota foi destruída ou dividida em pequenas flotilhas, cuja função principal era o transporte de tropas ou mantimentos e sem um supremo comandante; não haveria conexão entre estas flotilhas. Os fortes da Saxon Shore, segundo o autor, funcionavam agora sem uma frota; de resto, a sua importância militar era quase nula; e só quando, no tempo de Valentiniano, os ataques de piratas saxónicos começaram a fazer sentir-se, é que os fortes foram reorganizados e criado o cargo de «*comes maritimi tractus*». White data esta reorganização entre 350 e 367; nesta última data os fortes estavam reapeetrechados contra os raids de piratas, pois Ammianus Marcelinus refere que, nesse ano, os Saxões atacaram o litoral e mataram o «*comes maritimi tractus*». Por outro

lado, o mesmo historiador diz que Valentiniano comandou o exército da Bretanha nos primeiros anos da sua carreira; e White conclui que o exército, nessa altura, tinha um único comandante, isso provando que o comes não existia nessa altura, pois o comes implica uma divisão dos poderes militares. A conclusão não se impõe, pois sabemos que, embora a Bretanha estivesse dividida em duas províncias (por reforma de Septímio Severo e até à reorganização de Diocleciano), e cada governador tivesse as suas tropas, um deles podia assumir o supremo comando de todas as forças quando se tratava de empreender campanhas mais extensas.

A teoria de White é engenhosa, mas toda ela assente numa base mal segura: a de que os ataques de piratas são posteriores aos meados do século IV; se, como é mais provável, os raids datam dos fins do século III, é impossível que Constâncio Cloro não tenha reorganizado os fortes contra os Saxões.

O capítulo V é uma revisão actualizada do pouco que se sabe sobre o *Litus Saxonicum* da Gália; a atribuição das defesas costeiras da Gália (ou, pelo menos, do início desta linha) a Póstumo não assenta em bases seguras: com efeito, a sugestão de White baseia-se na ideia de muitas das muralhas da Gália terem sido construídas por Póstumo e no facto de se encontrarem muitas moedas deste imperador na costa norte da França. White baseia-se nas conclusões de Gansbeke expostas em *Latomus*, vol. XIV (1955), mas tais conclusões são absolutamente inaceitáveis, como Butler mostrou em um artigo recente sobre as muralhas da Gália (*The Archaeological Journal*, vol. CXVI).

A obra conclui com uma discussão do problema: quando e porque é que os fortes tomaram o nome de *Litus Saxonicum*? O autor resume as variadas doutrinas que se têm defendido, desde o século passado, sobre a data e as circunstâncias da invasão da ilha pelos Saxões; aceita a ideia, hoje corrente, que os imigrantes saxões eram já numerosos no Sudeste e Este da Inglaterra nos fins do século IV; o nome de *Litus Saxonicum* teria surgido nesta altura, para designar um litoral onde o elemento saxónico era considerável; nada prova, porém, que o elemento saxónico fosse importante na guarnição dos fortes; e não sei se os Romanos dariam o nome de *Litus Saxo-*

nicum àquela linha de fortes só porque, nas povoações do litoral, havia imigrantes saxões.

Apesar de tudo, *Litus Saxonicum* é a obra mais completa que até agora se escreveu sobre os fortes da Saxon Shore; condensa os resultados da investigação anterior e apresenta numerosas sugestões que merecem atento exame.

JORGE DE ALARCÃO

(Bolseiro da Fundação Gulbenkian)